



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9620 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NAS PRÁTICAS CURRICULARES DE CUIABÁ-MT A PARTIR DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS ESTATAIS

Mário Alves dos Santos - UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NAS PRÁTICAS CURRICULARES DE CUIABÁ-MT A PARTIR DAS POLÍTICAS ANTIRRACISTAS ESTATAIS

Traremos a seguir, parte de nossa pesquisa de mestrado a qual busca analisar possíveis impactos da legislação nos currículos e na práxis pedagógica com a implantação da lei n. 10.639/2003, Diretrizes Curriculares e demais políticas antirracistas estatais que busquem uma educação igualitária. Como aporte teórico da pesquisa, destacamos (SCHWARCZ, 1993;1999) e (GOMES, 2017) as quais trazem contribuições significativas para a análise e aprofundamento das relações raciais e lutas históricas dos movimentos negros brasileiros no campo da educação antirracista. Dialogaremos ainda com outros autores e autoras acerca dos processos explicativos das desigualdades no contexto das relações raciais brasileira buscando saber se as legislações/diretrizes antirracistas e políticas de estado são refletidas e vem alterando as práticas curriculares e as demais ações e atitudes de profissionais e da comunidade escolar na escola pesquisada. Usaremos a abordagem qualitativa tendo como instrumentos, a pesquisa bibliográfica e análise documental, também entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos da pesquisa envolverão docentes e gestores de uma escola municipal bem como representantes de movimentos negros localizados na cidade de Cuiabá-MT e que tem contribuído direto ou indiretamente com a educação antirracista na rede municipal de educação entre os anos de 2004 e 2020.

Palavras-Chave: Antirracista. Currículo. Educação. Legislação. Lutas.

O processo histórico, as conquistas e a importância das desconstruções e construções

Schwarz (1999) enfatiza que o marcador “raça” faz parte de uma agenda nacional sendo pautada pela exclusão social e assimilação cultural. Assim, a cultura eurocêntrica é imposta aos negos. Sendo assim, pode-se afirmar com base em outras discussões acerca dessa temática que, historicamente as pessoas negras tiveram seus direitos de escolarização negado por conta de injustiças praticadas por seus senhores na colonização e que contou com o apoio do estado. Pode-se afirmar ainda que como consequência tais pessoas tiveram seus direitos negados e suas qualidades e mobilidade constrangidas.

As pessoas negras escravizadas e os africanos não tinham acesso ao ensino público mesmo se fossem alforriados. O pós abolicionismo não trouxeram avanços significativos e, aqueles que antes estavam na condição de escravos passaram a estar à margem da sociedade e

continuaram sem acesso à educação. Para Schwarcz, (1993) o racismo no Brasil foi incorporado ao discurso político trazendo consequências graves. Isso mostra que no decorrer da história muito foi deixado de fazer e isso criou situações de assimetrias sociais irreparáveis.

Sendo a escola uma extensão da sociedade, não tem como ela ficar de fora de discussões envolvendo questões de interesse social. As discussões sobre racismo são mais que interesse social, é algo previsto em lei e, que precisa fazer parte da práxis pedagógica escolar tanto formal quanto informalmente.

Considerando essas questões, fazem-se necessárias iniciativas visando tratamento justo e igualitário. Vários estudos foram direcionados pelas ciências sociais, porém valorizando as ideologias dominantes. É necessário que avancemos no intuito de que possamos compreender o pensamento pedagógico numa perspectiva de confronto entre paradigmas de educação, de conhecimento, de valores e de humano (GOMES, 2017). Percebe-se que no decorrer da história o conhecimento produzido nas instituições ou saber acadêmico teve ligação direta com a dominação e, o negro foi apenas objeto de estudo. Com relação a produção acadêmica sobre o negro, Guerreiro Ramos (1957) se refere a essa atitude como patologia social do branco em buscar ver o negro numa posição inferior. Cabe hoje o estado por meio de políticas públicas reparar minimamente tamanhos danos principalmente na implantação de um currículo que contemple discussões de interesse social, como a racialização e o racismo. A escola e sociedade precisam caminharem juntas e assim buscar diminuir as assimetrias e a distância existente entre a teoria e a prática no que se refere aos marcadores sociais.

Os currículos escolares têm um papel indispensável na construção de uma sociedade igualitária a partir da escola, além de considerar as vivências de cada pessoa. Além do que previa a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases com relação a diversidade, tivemos a partir da Lei 10.639/2003, iniciativas significativas que foram tomadas no intuito de se rever práticas educacionais no que tange as relações raciais. A partir daí tivemos as Diretrizes Curriculares, a Base Nacional Comum Curricular, o Documento Referencial Curricular de Mato Grosso bem como a Política Educacional da Rede Municipal de Ensino de Cuiabá-MT, todas contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura brasileira e o negro na formação da sociedade nacional e suas contribuições.

Essas legislações/diretrizes antirracistas bem como as políticas de estado, de alguma forma refletem e vem alterando as práticas curriculares e as demais ações e atitudes de profissionais e da comunidade escolar no município de Cuiabá. Verificamos que várias iniciativas têm sido tomadas para que isso aconteça na prática. Uma delas é a implementação da Política Educacional da Rede Municipal de Ensino a qual prevê a valorização da cultura e o apreço às diversidades. Gomes, (2017) sinaliza a pedagogia da diversidade enquanto possibilitadora de caminhos em que nos aponta para as saídas das barreiras existentes entre nós e que precisa ser considerada pela educação.

Mas vale destacarmos que muito embora avanços aconteceram principalmente com relação a implementação de leis, diretrizes e políticas educacionais antirracistas, ideologias racialistas ainda se fazem presentes nas atitudes de profissionais e instituição escolar. Os profissionais da educação básica têm tido cada vez mais autonomia e isso permite que esses tenham uma participação efetiva no intuito de mudar o cenário do mito da democracia racial (ARROYO, 2013). Essa participação é imprescindível tendo em vista que o discurso dominante que remonta às teorias intencionais europeias, ainda se faz presente nos conteúdos que são trabalhados nas instituições escolares e isso é evidente. Assim, o silêncio ou omissão por parte dos profissionais podem configurar conformismo com o contexto e a situação.

Vale lembrar que ao discutir o racismo, gestores, professores, escola e rede de ensino oportunizam que as crianças com marcadores sociais diversos tenham essa percepção e aprendam a lidar com tal questão da melhor maneira possível. Por outro lado, a omissão ou negligência da escola e profissionais contribui negativamente para que o aluno não perceba que ali é um ambiente capaz de refletir as problemáticas que ele presencia cotidianamente e assim, ele não saberá lidar com essas questões.

Considerações finais

Pode-se dizer que a Lei 10.639-2003 é um marco que vislumbra novos tempos para a educação pelo fato de trazer o ensino da história e cultura afro-brasileira como obrigatório. Sabemos que essa previsão já se encontrava na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, as matrizes indígena e africana não eram tinham a mesma ênfase dada pela lei. A referida lei nos oportuniza “(...) não mais pensarmos o Brasil como o homogêneo paraíso da mestiçagem, que impediria até mesmo que soubéssemos quem é o negro que poderia se beneficiar de políticas de ação afirmativa”. (PINHO; SANSONE, 2008 p. 439)

É preciso, portanto, um diálogo constante entre teoria e prática buscando o repensar do currículo, considerando assim a realidade a qual cada instituição escolar está inserida.

REFERÊNCIAS

A BNCC nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Disponível em: <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/2819/unidade/1161/acessar?continue=false>. Acesso em: 03-06-2021.

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.

BRASIL. **LEI N. 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 10 de junho de 2021.

BRASIL Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2009.

CUIABÁ. **Escola Cuiabana: cultura, tempos de vida, direitos de aprendizagem e inclusão**./ Organizadoras: Edilene de Souza Machado e Mabel Strobel Moreira da Silva. 2ª edição. Cuiabá-MT: Editora Gráfica Print, 2020. 304p.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. *Raça: novas perspectivas antropológicas* [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, 447 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Questão racial e etnicidade**. In: O que ler na ciência Social brasileira (1970-1995) [S.l: s.n.], 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.